



Questionado acerca do consumo exagerado de cavaletes e a proximidade das emissões das notas, exemplificando a emissão de uma nota referente a 2150 cavaletes e, um mês após, a aquisição de outros 500 cavaletes, o servidor afirmou que as notas não se referiam a apenas um mês, mas sim a formalização de várias entregas anteriormente realizadas. Questionado acerca da aquisição de 2150 cavaletes em 21/10/2015 e registro de entrada no sistema somente em 11/01/2016, não soube explicar.

Relatou que as ordens de fornecimento eram expedidas apenas para regularizar as mercadorias já entregues e que isso ocorria para aproximar o processo das exigências do edital.

4 - Constatações extraídas do depoimento de Patrícia Duarte Santos Alcovias.

Patrícia Duarte sucedeu a **Maria Bernadete** no cargo de Diretora Administrativa e Financeira em 03/06/2015. Em seu depoimento, confirma a emissão de Ordem de Fornecimento dos 4.000 cavaletes supostamente entregues durante a gestão anterior.

Ela confirma as informações prestadas pelo então subordinado **Alexandre Kruk**, ou seja, que os produtos continuaram sendo entregues nos PA's, mas nega ter responsabilidade sobre o controle desses itens.



Sobre o fato do almoxarifado e o pessoal dos PAs negarem o recebimento dos cavaletes, afirmou que não era sua atribuição conferir o recebimento dos cavaletes.

Em relação às notas atestadas pelo senhor **Alexandre Kruk**, disse que foram apenas liquidadas e pagas por ela, não cabendo questionamentos.

Questionada acerca da declaração do servidor José Carlos Martins, o qual afirmou que os lançamentos de notas fiscais no sistema sem conferência do recebimento dos cavaletes eram realizados por sua determinação, disse que nunca repassou este tipo de orientação.

Patrícia afirmou que todas as compras surgem a partir de uma solicitação dos departamentos que utilizam os materiais. A assertiva sugere que os pedidos de cavaletes derivariam de memorandos do setor de fiscalização de trânsito, todavia nos autos não ha nenhuma solicitação desse setor.

Os Diretores de Fiscalização **André Luiz e Alfredo Luiz** disseram que não assinaram esses memorandos. O único que afirma que requisitou foi o Sr. Wander Alves, mencionando solicitação de 300 cavaletes para reforçar o material que seria usado na passagem da tocha olímpica em Goiânia.

Patrícia também não soube informar onde estariam esses memorandos.



**5 - Constatações extraídas do depoimento de ANDRÉ
LUIZ GONÇALVES AZEVEDO.**

André Luiz Gonçalves Azevedo é agente de trânsito e ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Fiscalização de novembro de 2014 até agosto de 2016. Afirmou que não retirava cavaletes no almoxarifado, pois eles eram entregues nos PAs e não sabia informar quem realizava essas entregas, tendo em vista que não era comunicado antecipadamente da entrega de cavaletes.

Afirma ter presenciado a entrega de cavaletes em apenas duas ocasiões, estimando que estavam descarregando no máximo 200 unidades no PA Portugal, unidade que possui problemas de espaço.

Segundo ele, a unidade não é capaz de estocar grandes quantidades de cavaletes, pois prejudica o desenvolvimento dos trabalhos, razão pela qual só ficavam acondicionados cerca de 150 a 200 cavaletes disponíveis para uso no PA.

Questionado sobre as entregas, afirma que nunca se atentou se a logística era feita pela SMT, porém, confessou que em uma única oportunidade observou que o caminhão que fazia a entrega dos cavaletes não possuía a logomarca da Prefeitura de Goiânia.

Afirmou que não saberia dizer o que ocorreu com os mais de 6.000 (seis mil) cavaletes adquiridos, pois esse controle não era sua atribuição e deveria ser realizado pelo almoxarifado.



André relatou que para a passagem da tocha olímpica em Goiânia, fez um levantamento de diversos materiais que seriam necessários para cobrir o evento, dentre os quais, constava a necessidade de aquisição de 400 (quatrocentos) cavaletes, tendo em vista que se tratava de um evento de grande porte.

Afirma que nunca viu os **4.000 mil cavaletes** referentes à Nota Fiscal atestada por **Maria Bernadete**.

6 -Constatações extraídas do depoimento de ALFREDO LUIZ DE SOUZA JUNIOR:

Alfredo Luiz é agente de trânsito e ocupou cargo de Diretor do Departamento de Fiscalização de Trânsito de agosto de 2016 até janeiro de 2017. Em suas declarações, afirmou que não tinha conhecimento sobre a compra de 7.150 cavaletes e que no mês de agosto de 2016 a SMT possuía no máximo 150 cavaletes para trabalhar, razão pela qual teria solicitado a compra de mais 150 cavaletes para suprir a demanda até o final de 2016.

Alfredo também afirmou que a previsão de consumo anual de cavaletes na secretaria seria de no máximo 1.000 (unidades).

De todos os agentes ouvidos pela CEI, Alfredo é o mais incisivo e direto, pois afirma que nunca viu uma quantidade tão grande de cavaletes na SMT e que nunca pegou produtos na sede empresarial de fornecedores, sendo categórico em dizer que **SERIA IMPOSSÍVEL UTILIZAR 7.000 (MIL) CAVALETES EM UM ANO** e a demanda



prevista para trabalhar tranquilamente, já considerando eventos, não ultrapassaria 2.000 (DOIS MIL) cavaletes.

ALFREDO AFIRMOU QUE TINHA CERTEZA, ABSOLUTA QUE A SMT NÃO CONSUMIU 7.000 (SETE MIL) CAVALETES, pois não há essa demanda e os PAs não possuem espaço para acomodar tantos cavaletes. Exemplificou que, para guardar 200 unidades de cavaletes no PA Portugal, foi preciso retirar duas viaturas, pois não havia espaço.

ALFREDO AFIRMOU QUE A AQUISIÇÃO DE MAIS DE 7.000 (SETE MIL) CAVALETES ERA ABSURDA.

7 -Constatações extraídas do depoimento de WANDER ALVES DE AGUIAR:

O Sr. **Wander Alves de Aguiar** é agente de trânsito e ocupou o cargo de Gerente de Fiscalização de Trânsito de 03 de junho de 2015 até 01 de julho de 2016. Em depoimento à Comissão, afirmou que não tinha conhecimento sobre o processo de compra dos cavaletes e que somente utilizava cavaletes no trabalho de fiscalização. Atesta que nunca viu grandes quantidades.

Em relação aos outros 3.150 (três mil cento e cinquenta) cavaletes que supostamente deram entrada no sistema do almoxarifado, afirma que não tem ciência e nunca viu essa quantidade de uma vez.



Menciona que chegou a ver, no máximo, 400 (quatrocentos) cavaletes espalhados pelos PAs.

Questionado se havia uma média de consumo de cavaletes, disse que não poderia precisar, pois a demanda variava conforme o evento e que a gerência não realizava controle nem estimativa do material.

O depoente Wander também confessou que já assinou recibos de entregas de cavaletes, mas de apenas 200 cavaletes, divididos em duas entregas. Também assegurou que nunca buscou cavaletes na sede da Empresa JBA.

Wander Alves foi categórico em dizer que nunca chegou as quantidades informadas pela CEI, pois o gasto anual de cavaletes seria de mil e que em situações extraordinárias esse gasto subiria, no máximo, para dois mil cavaletes. Afirma que mais de 7 mil cavaletes seria “um verdadeiro absurdo”.

Consignou a solicitação de 250 CAVALETES para a passagem da Tocha Olímpica e que essa quantidade FOI SUFICIENTE PARA COBRIR O EVENTO.

**8 -Constatações extraídas do depoimento de
CLEOMAR ANTÔNIO DE SOUZA, proprietário da JBA
Comercial Ltda.**



O senhor **CLEOMAR ANTÔNIO DE SOUZA**, proprietário da empresa **JBA COMERCIAL LTDA-EPP**, questionado sobre a entrega dos cavaletes, resumiu dizendo que a entrega era feita gradativamente, as vezes na sede da Secretaria Municipal de Trânsito outras nos PAs.

Questionado sobre os comprovantes de entrega, o senhor **CLEOMAR ANTÔNIO DE SOUZA** foi categórico em dizer que em sua empresa, após o pagamento da fatura por parte da prefeitura, se desfez de todos os documentos relacionados à entrega, pois não haveria motivo para guardá-los.

Segundo ele, todos OS COMPROVANTES foram RASGADOS.

De acordo com o empresário, todos os 7.150 cavaletes foram entregues de forma gradativa por meio de requisições e posteriormente essas requisições foram rasgadas por ele. Vejamos suas declarações:

“Ia guardando e, quando chegava num número, eles emitiam a nota e pagavam, aí eu jogava fora”, afirmou.

Obviamente, se os chefes e diretores responsáveis pelo contrato não confessaram nada de comprometedor, não se poderia esperar que o empresário confessasse que os produtos não foram entregues conforme as notas fiscais. Ao ser questionado sobre a proximidade entre a assinatura do contrato (com data de 19 de maio de 2015) e a emissão da primeira nota fiscal, ou seja, a polêmica nota dos 4.000 cavaletes, afirmou



que tanto as solicitações, quanto as entregas iniciaram antes da assinatura do contrato, razão do acúmulo.

Segundo o empresário, houve entrega de produtos para a SMT sem contrato firmado.

É de se estranhar o fato de CLEOMAR afirmar que comprava a madeira e montava os cavaletes, ou seja, estaria fazendo investimentos e empreendendo uma grande logística para montar os 4.000 cavaletes sem haver a certeza de contratação da Prefeitura de Goiânia, observando que a adjudicação não garante o contrato nem a compra.

O empresário disse que recebia os pedidos por telefone, mas não sabia dizer quem era o servidor que fazia os contatos, o que nos leva à conclusão de que qualquer um poderia fazer o pedido.

Cleomar disse que os servidores da SMT retiraram cavaletes na sede de sua empresa, mas também não soube indicar os nomes. Essa afirmação leva a conclusão de que qualquer cidadão poderia pegar os cavaletes em nome da Secretaria Municipal de Trânsito.

Outro ponto a se destacar, observado pelos integrantes da CEI foi o relativo ao preço dos cavaletes.

A JBA assinou dois contratos com a SMT. O primeiro em 2014, onde os cavaletes foram vendidos por R\$31,00 (trinta e um reais) cada. Já no segundo, em 2015, o valor caiu para R\$24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos), ou seja, 33% (trinta e três por cento) mais barato.

Questionado sobre essa diferença, o empresário Cleomar afirmou que foi a primeira vez que fabricou cavaletes e que não conhecia a mão de obra, conseguindo uma produção mais barata posteriormente.



9 -Constatações extraídas do depoimento de Sylvio Roberto de Oliveira Dias.

Sylvio Roberto de Oliveira Dias é agente de trânsito e assumiu a Gerência de Fiscalização de Trânsito em 01 de julho de 2016, logo após a saída de Wander Alves. Afirmou que presenciou duas vezes a entrega de no máximo 250 cavaletes no Posto Avançado da Portugal e que “não há espaço físico para acomodar mais que isso”.

Sylvio afirmou que nunca viu 4000 mil cavaletes na SMT.

Ele confirmou a informação, já repassada pelos demais agentes ouvidos pela CEI,quesão usados, em média, para o trabalho, 100 cavaletes por mês, não passando de dois mil ao ano.

Ademais, o senhor Sylvio frisou que nunca recebeu cavaletes e também não sabia quem era o responsável por este recebimento.

10 -Constatações extraídas do depoimento de Fradique Machado de Miranda Dias.

Fradique Machado foi chefe de gabinete da SMT entre junho de 2015 e março de 2016 e depois ocupou interinamente o cargo de secretário.

Disse não saber detalhes do contrato de fornecimento de cavaletes porque foi firmado quando ainda não estava na Secretaria. Não soube precisar o gasto anual de cavaletes e informou dados discrepantes dos repassados por servidores. Os responsáveis pela fiscalização disseram que foram gastos no evento de visita passagem da tocha olímpica em



Goiânia 250 cavaletes, porém Fradique afirma que foram utilizados 1300 cavaletes.

O senhor Fradique Machado tentou justificar a compra pela necessidade em eventos e o índice de estragos e furtos de material.

Alegou também que era natural fazer requisições de cavaletes à empresa por telefone e depois formalizar o procedimento.

2.3.5– Saídas de cavaletes que NÃO são RECONHECIDAS pelos AGENTES que supostamente retiraram.

Outro ponto que chamou a atenção da CEI são as datas de retiradas de cavaletes.

De acordo com o relatório de saídas emitido pelo sistema da SMT, os servidores André Luiz Gonçalves, Wander Alves de Aguiar e Alfredo Luiz de Souza Júnior seriam os responsáveis pela retirada de 5800 mil cavaletes entre 2015 e 2016, porém todos afirmaram que não pegaram esses itens e que as matrículas e senhas foram utilizadas indevidamente.

No dia 29 de fevereiro de 2016, um servidor retirou 2,4 mil unidades, porém no início deste ano, nenhum cavalete foi encontrado no depósito da Secretaria.

Segundo o sistema da Secretaria, o servidor André Luiz Gonçalves teria retirado 2700 mil cavaletes no dia 02 de março de 2015.